

# Convocação à sociedade

EVELYN PENA  
Da Editoria de Política

A convocação da sociedade brasileira para a realização de um debate nacional em torno da Assembleia Nacional Constituinte, além de um apelo aos meios de comunicação no sentido de que promovam uma extensa campanha esclarecendo a comunidade sobre o significado e a importância do tema foi a principal decisão aprovada pelo plenário da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, reunida ontem pela primeira vez.

Após mais de duas horas de reunião a portas fechadas, o presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos de Melo Franco, declarou que a comissão está aberta a contatos, sugestões e estímulos por parte da opinião pública. Segundo ele, as propostas encaminhadas funcionarão como uma espécie de banco de dados e subsídios à elaboração de um anteprojeto de Constituição, que no prazo de dez meses será encaminhado à análise da Assembleia Nacional Constituinte.

Esta não foi, porém, uma decisão pacífica no decorrer da reunião. A proposição original neste sentido, de iniciativa do jurista Miguel Reale Júnior, prontamente endossada pelo assessor especial de Sarney, Célio Borja, pelo jurista Miguel Reale, pelo procurador-geral da República Sepúlveda Pertence e pela jurista Rosah Russomano, membros da comissão, não parecia ser a intenção de Afonso Arinos.

A discussão foi árdua. Depois de ouvir de Miguel Reale a defesa do diálogo entre a comissão e o povo, de Célio Borja a necessidade de uma manifestação oficial da comissão convocando a sociedade ao debate e de Pertence que ela deve se colocar na função fundamental de aceitar e provocar debates, Arinos ponderava ainda que "não se deve suscitar um tipo de ilusão correspondente ao exercício da democracia direta e nem se aceitar a pressão popular como se fosse pressão partidária".

Para Arinos a Constituinte deve ser democrática e representativa. Por reconhecer que no Brasil todos os partidos políticos estão em crise, sendo

ainda muito grandes as dificuldades para que retomem sua representatividade, ele dirigiu um apelo à comissão para que se interessem pelos partidos e protestem contra sua inação. Segundo ele, cabe aos partidos servir como veículo de transmissão das aspirações e das revoltas do povo contra os regimes dos últimos 20 anos.

— A nossa comissão não pode ficar atrás de uma máscara. Não pode se iludir, ela tem que examinar esta questão com serenidade e coragem — ponderou ele. Por favor reflitam sobre o que eu disse. Desculpe, mas tenho que dizer isso. Todas estas palavras a respeito das consultas às massas eu as apoio, estou de acordo, mas temos que pensar na sua operatividade política. A comissão deve realizar uma obra possível e uma obra possível no Brasil de hoje é quase impossível.

Para fortalecer sua posição Arinos citou o trabalho "Por uma Nova Constituição. As aspirações nacionais", publicado em 1984 pela Fundação Getúlio Vargas, contendo entrevistas com 3 mil populares sobre a Constituinte. Ele pediu que levantassem a mão os que tivessem lido o trabalho. Diante da manifestação de apenas sete dos presentes ele concluiu que as pesquisas deram muito trabalho e pouco resultado.

Pressionado porém durante toda a reunião sobre a necessidade de abertura dos trabalhos da comissão às sugestões da sociedade, Arinos concordou em apresentar à imprensa as propostas encaminhadas.

— Vou falar com os jornalistas por decisão de vocês, meus queridos — disse ele comovido. Estou velho, cansado, mas não estou desiludido. Sem vocês não posso fazer nada. E no dia em que eu me convencer de que não posso mais fazer nada, a vida não terá sentido. Acho também que cada um de vocês deve se manifestar, em cada área, em cada sindicato. Devemos estar abertos às influências de todo o País. Muito obrigado. Estou muito emocionado. Vamos terminar porque eu não quero chorar aqui.

A comissão já marcou uma reunião para o próximo dia 16, no Rio de Janeiro.